



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDIVAN SANTOS DE SÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO MUNICÍPIO DE SAÚDE: UM ESTUDO
DIAGNÓSTICO E DOCUMENTAL ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2015

JACOBINA-BAHIA

2016

EDIVAN SANTOS DE SÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO MUNICÍPIO DE SAÚDE: UM ESTUDO
DIAGNÓSTICO E DOCUMENTAL ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2015

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV-Jacobina-Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof^o. MsC. Michael Daian
Pacheco Ramos

JACOBINA-BAHIA

2016

DEDICATÓRIA

Dedico do fundo do meu coração esse trabalho aos meus pais por terem me possibilitado chegar a ter condições de produzir um trabalho desse porte, mesmo com as dificuldades que enfrentaram sendo ele um pedreiro e ela uma dona de casa conseguiram colocar um filho na universidade.

Essa motivação dos dois está no fato de não terem cursado além da 4ª série do ensino fundamental pois a vida lhes impôs o trabalho muito cedo e os seus pais não lhe deram o mesmo incentivo que ambos me deram, dessa maneira queriam proporcionar uma realidade diferente para os seus filhos, pois assim o fizeram e muito bem feito.

Tudo que faço e sou é por vocês pois souberam dar uma grande criação e educação para mim e minha irmã apesar de sermos de família humilde mostrando que pobreza não é e nunca foi defeito, obrigado pelo que fizeram por mim.

Por fim dedico as pessoas que sempre duvidaram de mim e que com essa atitude só me fizeram ter mais vontade de chegar aonde estou agora, agradeço a vocês por terem me dado esse incentivo, só posso falar uma coisa para vocês, serei eternamente grato e farei o possível para lembrar-lhes do que tanto torceram contra.

AGRADECIMENTOS

Eu poderia falar muitas coisas bonitas sobre esse trabalho, mas a mentira e a falsidade nunca fizeram parte das minhas preferências, na verdade essa pesquisa não era o que eu pensava para ser o meu Trabalho de Conclusão de Curso, até porque sempre tive vontade de expressar os meus sentimentos sobre a educação na minha cidade natal através do meu TCC. A verdade concreta é que sempre gostei da área formal da Educação Física, mas meu orientador me propôs falar do lazer na minha cidade, no começo fiquei assustado mas depois aceitei pois sempre quis presentear minha cidade natal com um trabalho sobre a mesma.

Os meus agradecimentos sempre serão a Deus em primeiro lugar, pois Ele sempre está ao meu lado e eu devo tudo o que tenho e o que sou a ele.

Agradeço aos meus pais Arildo e Cleide que fizeram o possível e impossível para que eu pudesse um dia entrar na universidade, é bem verdade que meu pai sempre preferiu que eu cursasse direito pois pra ele ter um filho formado em direito seria um grande prazer e a Educação Física não tinha tanta expressão. Depois de um tempinho ele se acostumou com a ideia e com a realidade imposta, eu queria a Educação Física e ponto.

Um grande agradecimento a minha esposa Jessica que esteve comigo em quase toda essa trajetória na qual eu e ela sabemos que não foi nada fácil, sendo assim obrigado meu amor.

Agradeço aos meus outros familiares que direta e indiretamente sempre participaram da minha caminhada, são eles meus avós Antônio e Valdete, minha irmã Aline, meus tios, primos e demais familiares que não poderia deixar de citar aqui.

Um agradecimento especial ao meu orientador Michel, que mesmo com o pouco tempo que nos conhecemos, me deixou bem claro a importância e a preocupação que teve com minha formação e com meu pedido para que ele fosse meu orientador, professor, hoje posso lhe chamar de amigo, sem medo de errar.

Aos demais professores que participaram da minha formação direta e indiretamente e que sempre mostraram levar a sério a função de professor, não poderia jamais falar aqui que são todos os professores do Campus, pois como eu disse não prezo por falsidade e nem mentiras, dentre esses professores, posso citar o professor Osni, Amália, Ângelo, Alexandra, Mussi, Jorge, Rafael Estrela e uma professora que conheci a pouco tempo, mas que já merece estar nessa lista, professora Juciara Rios, estes estão de parabéns por levarem a sério a função de professor.

Agradeço aos meus amigos, aos que já tinha e aos que fiz no decorrer do curso, em especial a galera dos Betas, amigos de verdade que sempre estarão guardados no meu coração, vale destacar, Jackson, Isaque, Junior e Duda. Outra galera importante que tenho que falar são os Caba de Educação Física, Agenor, Alan, Douglas, Isaac, Jerri, Leonardo, Vandinho, André, Raimundo, popular Tom, Gildson, Klaus e Uilen esses tornaram-se amigos que jamais esquecerei, as resenhas no decorrer da jornada jamais serão esquecidas. Falarei de duas pessoas não por serem mais importantes, mas sim por participarem de momentos de dificuldades que nos deixaram mais próximos, Jerri, meu parceiro de estagio, passamos por 8 estágios juntos, e só nós sabemos o quanto foi difícil esses momentos, mas nós vencemos meu amigo, caminhar 10 km no dia para estagiar é algo que só pessoas fortes poderiam realizar. Ao meu amigo Leonardo que cedeu sua casa muitas vezes, outros cederam suas casas também, mas com Leo já foi abuso, ele e sua esposa Vany tiveram e ainda tem que me aguentar por lá algumas vezes, meus amigos muitas vezes fomos consoladores um do outro e por isso sabemos as dificuldades que passamos.

A um grande incentivador que devo muito, pois hoje posso dizer que ele fez parte da minha formação, meu grande amigo e professor Itamar, obrigado pela importância que me demonstrou meu amigo.

Por fim agradeço a minha turma que desde o primeiro dia que entramos na universidade fez a diferença no campus e que está marcada como a turma premiada de Educação Física, vocês merecem meus lindos.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. - Leis relativas ao Lazer na cidade de Saúde-Bahia de 2005 à 2015. 25

TABELA 2. - Lista de Requerimentos e Indicações referentes a política pública de Lazer da cidade de Saúde-Bahia entre 2005 – 2015. 28

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. - Pracinha do Alto da Santa cruz.	34
FIGURA 2. - Centro Cultural	35
FIGURA 3 - Praça da Rua Marechal Deodoro	36
FIGURA 4 - Clube Social Saudense	37
FIGURA 5 - Praça da Prefeitura	38
FIGURA 6 - Praça Albino Pereira	39
FIGURA 7 - Praça da Rua Nelson Carneiro	40
FIGURA 8 - Pracinha da Pecuária	41
FIGURA 9 - Quadra Poliesportiva	42
FIGURA 10 - Estádio Joaquim Caetano	43
FIGURA 11 - Praça do Bairro Cardoso	44
FIGURA 12 - Quadra do Bairro Cardoso	45
FIGURA 13 - Centro de Convivência	46
FIGURA 14 - Pracinha da Rua Cantino José dos Santos	47
FIGURA 15 - Praça do Bairro Coronel Joaquim Malta	48
FIGURA 16 - Quadra do povoado do Paulista	49
FIGURA 17 - Construção da Praça do povoado do Paulista	50
FIGURA 18 - Cachoeira do Paulista	51
FIGURA 19 - Construção inacabada de um balneário na cachoeira do Paulista	51

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Política Pública de Lazer, objetivamos investigar essas políticas no município de Saúde-Bahia entre os anos de 2005 e 2015. Utilizamos a abordagem qualitativa e o método da análise documental. Nosso problema de pesquisa foi: como vem se constituindo as Políticas Públicas de Lazer na cidade de Saúde durante o período de 2005 à 2015? E quais condições se encontram os espaços para materialização dessas Políticas Públicas? Os resultados encontrados apontam: 1) apesar da pequena quantidade de documentos de lazer nos últimos dez anos, os gestores demonstram que se preocupam que o tema lazer principalmente na esfera do esporte, que vem sendo o maior alvo de leis, requerimentos e indicações no município; 2) a necessidade de políticas públicas efetivas, que introduzam os habitantes na esfera lazer; 3) construção de mais espaços de lazer que proporcione diversas possibilidades de utilização.

Palavras-chave: Política Pública; Lazer; Espaços públicos.

ABSTRACT

This paper aims to analyse Public Policy Leisure, aimed to investigate these policies in the Saúde-Bahia municipality between 2005 and 2015. We used a qualitative approach and the method of document analysis. Our research problem was: how has constituted the Leisure Public Policy in the city of Saúde between 2005 to 2015? And what conditions are the spaces for materialization of these Public Policy? The results show: 1) despite the small amount of leisure documents in the past decade, managers demonstrate that care about the leisure theme mainly in sport sphere, which has been the biggest target of laws, requirements and directions in the city ; 2) the need for effective public policies, introducing the inhabitants in the leisure sphere; 3) construction of leisure facilities providing various possibilities of use.

Keywords: Public Policy; Recreation; Public spaces.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	12
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS	14
4. ANALISANDO OS DISPOSITIVOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DE SAÚDE: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES	21
5. DIAGNÓSTICO DOS ESPAÇOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE SAÚDE	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
7. REFERÊNCIAS	58
8. ANEXOS	
9. APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objeto de estudo a constituição das Políticas Públicas de Lazer da cidade de Saúde-Bahia entre o período de 2005 até 2015. Realizamos um levantamento e análise dos documentos que tratam sobre as Políticas Públicas de Lazer da cidade, em especial a Lei Orgânica do município e as investidas do poder legislativo e executivo, bem como, construímos um diagnóstico dos principais espaços públicos de lazer da cidade.

O município de Saúde está situado na região do Centro-norte da Bahia, possui uma área total de 500 km², com população de 11.560 habitantes e fica a 353 km de distância da capital da Bahia, Salvador e é conectada por via rodoviária. Saúde está situada numa região de relevo montanhoso e foi emancipada politicamente no dia 01 de Junho de 1933 (INEP, 2015).

No Brasil as pesquisas sobre as Políticas Públicas de Lazer tem se intensificado durante o século XXI, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Contudo, comparado à outros direitos sociais como esporte, educação, saúde etc. percebemos que ainda há uma discrepância muito grande por parte do poder público no planejamento e execução das Políticas Públicas de Lazer.

Destacamos a importância dos seguintes trabalhos de pesquisadores que discutem as Políticas Públicas de Lazer no Brasil e no Mundo, a saber: Marcelino (2001; 2006) com os livros “Estudos do Lazer: uma introdução” e “Lazer e Esporte: políticas públicas”; Gutierrez (2001) com o livro “Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas”; Werle (2010) com o trabalho “Reflexão sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer”; Pinto (1998) com o trabalho “Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos” e Starepravo (ano) com o trabalho “Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise”.

No que diz respeito a produção do conhecimento, em especial nos trabalhos de conclusão de curso relacionado com a Política Pública de Lazer na Bahia, podemos destacar: 1) o trabalho de Bastos (2012) que analisa as Políticas Públicas para o Esporte e Lazer em Ubaíra-BA, buscando identificar e refletir os desafios e possibilidades enfrentados pela gestão municipal no período de 2009 a 2011 e 2) o trabalho de Oliveira (2015) que trata das Políticas Públicas de Lazer da cidade de Capim Grosso-Ba, onde analisa documentos que tratam de lazer na cidade e também faz um levantamento sobre os espaços de lazer do município.

Ao analisar o acervo das monografias, depositado na biblioteca da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus IV-Jacobina-Bahia, a fim de buscar pesquisas que trataram

da temática deste trabalho, não identificamos uma quantidade significativa de pesquisas. Diagnosticamos 557 monografias, sendo 16 relacionadas com a Educação Física e apenas 1 voltada ao lazer. Contudo, não identificamos trabalhos que tratem de Políticas Públicas de Lazer na cidade de Saúde-Bahia.

Ao observarmos o texto da Constituição Federal de 1988 que retrata o lazer, é perceptível que o texto gera um entendimento de lazer vinculado a uma visão assistencialista, e não como parte de um projeto de desenvolvimento pessoal e social. Além disso, o referido termo consta da seção que diz respeito ao esporte, sendo considerado somente um de seus conteúdos culturais ou físico-esportivo.

Pensamentos equivocados sobre o lazer acabaram desvalorizando o mesmo e o colocando num patamar diferenciado em relação a outros direitos constitucionais, as marcas dessa desvalorização iniciam pela visão dualista corpo/mente, que relacionava a Educação Física apenas como exercício do corpo, menos nobre do que a mente, e a serviço desta. Atualmente a desvalorização se dá pela hegemonia do modelo neoliberal, centralizado nos ajustes econômicos. Este contexto por muito tempo tem provocado olhares preconceituosos que diminuem o esporte e o lazer, considerando-o como um problema menor em relação aos demais direitos sociais (WERLE, 2010).

Nesse mesmo sentido, Werle (2010) relata ainda que o esporte e o lazer ficam “nas bordas”, mais do que outros direitos sociais constitucionais, tanto sobre a sua compreensão e valorização, como na própria efetivação de ações. Assim como a sociedade, o poder público confere pouca estima ao esporte e lazer, atribuindo a temas de caráter utilitário e compensatório.

Em uma sociedade predominantemente capitalista, é perceptível diferentes grupos com culturas diferentes e condições materiais diferenciadas, nesse sentido, nem sempre o lazer se apresenta para todos de forma equilibrada.

Apesar de esses grupos se relacionarem uns com os outros em determinados lugares e momentos, os padrões culturais dos grupos dominantes vem sendo legitimados como superiores em relação aos demais. Esse fato reflete desigualdades de oportunidades, que reforçam divisões de classe com diferenciadas condições econômicas e de apropriação do patrimônio cultural da humanidade. Reflete, ainda, a garantia, apenas a classe dominante, da conquista dos direitos ao Esporte e Lazer, mesmo que a nossa Carta Magna, no art. 217, § 32, inciso IV, determine que o Esporte e Lazer são direitos de todos os cidadãos (PINTO, 1998).

Nesse sentido, a partir das problemáticas apontada acima nosso problema de pesquisa foi: *como vem se constituindo as Políticas Públicas de Lazer na cidade de Saúde durante o*

período de 2005 à 2015? E quais os principais espaços públicos para materialização dessas Políticas Públicas?

Os objetivos desse trabalho foram: 1) Analisar as Políticas Públicas de Lazer da cidade de Saúde entre os anos de 2005 até 2015; 2) Diagnosticar as Leis, Requerimentos e Indicações que foram elaboradas pelo poder público municipal entre os anos de 2005 à 2015; 3) Identificar e refletir sobre os principais espaços públicos de lazer da cidade de Saúde-Bahia.

Nosso trabalho justifica-se pela necessidade de contribuir para a discussão das Políticas Públicas de Lazer no meio acadêmico, tendo em vista a lacuna de trabalhos que abordam essa questão.

Compreendemos também que a presente pesquisa torna-se relevante, pois tem o intuito de auxiliar no diagnóstico e elaboração das políticas públicas de lazer da cidade de Saúde-Bahia.

Do ponto de vista pessoal este trabalho tornou-se relevante porque há uma preocupação de desenvolver uma pesquisa na cidade a qual nasci e sempre morei, acarretando um retorno social e pessoal.

O tema do trabalho foi delimitado a partir da Lei Orgânica da cidade promulgada em 2005.

Esse trabalho terá uma grande relevância para a cidade se levarmos em consideração a contribuição que o mesmo trará para o município, pois, os gestores poderão adotar medidas tomando como base os elementos apresentados pela pesquisa.

Portanto, este trabalho está organizado em cinco (5) partes: a primeira denominada “Introdução” onde desenvolvemos uma síntese da construção do nosso objeto de pesquisa. No segundo momento “Aspectos Metodológicos” elencamos os principais passos do caminho metodológico traçado para a pesquisa. No terceiro momento “Políticas Públicas de Lazer: Apontamentos introdutórios” discutimos conceitualmente o lazer, suas características e as principais implicações dessas políticas no cenário contemporâneo.

No quarto momento “Analisando os Dispositivos Legais do Município de Saúde: Lei Orgânica do Município, Requerimentos e Indicações” e análise da Lei Orgânica Municipal, elencamos e refletimos sobre os documentos (Leis, Requerimentos e Indicações). No quinto momento “Diagnóstico dos Espaços de Lazer do Município de Saúde” realizamos um diagnóstico fotográfico dos espaços públicos de lazer da cidade. No sexto momento “Considerações provisórias” realizamos uma breve síntese das reflexões elaboradas neste trabalho.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2002) metodologia é o caminho para desenvolver e descrever os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos, como os que são apresentados a seguir: *Tipo de estudo, instrumento na coleta de dados e Análise de Dados*.

2.1 TIPO DE ESTUDO

De acordo com Minayo (2001) a **pesquisa qualitativa** responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis.

No que tange aos objetivos, esta pesquisa apresenta um **caráter exploratório**, pois de acordo com Gil (2002) têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que estes tipos de pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa optou-se por uma **análise documental** que de acordo com Souza (2011) a análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos.

Nas pesquisas documentais há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002).

Dessa maneira foram analisados documentos como: Requerimentos, Indicações e a Lei Orgânica Municipal.

Optamos também por realizar observação com registro fotográfico dos possíveis espaços públicos de Lazer da cidade de Saúde. Os registros realizados foram somente de espaços públicos, sem a participação de outros indivíduos. Nesse caso, não houve necessidade de elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2002).

2.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Nossa coleta de dados foi organizada em dois momentos: o primeiro realizou-se através de solicitação aos órgãos oficiais do município de Saúde dos documentos referentes às Políticas Públicas de Lazer, em especial a Lei Orgânica do município, os Requerimentos e Indicações realizadas pelo poder legislativo do município e Leis sancionadas pelo poder Executivo do município; o segundo momento foi realizado através de visita e registro fotográfico em espaços públicos que podem/poderiam ser desenvolvidos Políticas Públicas de Lazer.

2.3 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos no trabalho a análise de conteúdo como técnica de análise dos dados. Pois a mesma é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 2009).

A importância de se usar a análise de conteúdo, se dá no fato de que a mesma faz com que o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas através de documentos (GIL, 2002).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Nesse capítulo faremos uma abordagem sobre a Política Pública de Lazer, seu conceito, suas características e as principais implicações no contexto contemporâneo.

3.1 CONCEITUANDO E CARACTERIZANDO O LAZER

Conceitualmente, podemos perceber que em geral, o conhecimento sobre o lazer é muito vago, geralmente o entendimento sobre lazer perpassa pela compreensão de “momento de diversão”, “de prazer”, “de não trabalho” dentre outros. Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas, ou a eventos de massa, talvez pelo fato de que a palavra tenha sido largamente utilizada nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público. (MARCELLINO, 2006).

Reis (2009) aponta que o entendimento do lazer aqui no Brasil apresenta compreensões equivocadas que perduram até hoje e que atrapalham a interpretação de maneira mais complexa do fenômeno, são elas: a) a visão do lazer como um “remédio” para os problemas desencadeados pela modernidade, ou seja, uma visão funcionalista e; b) a valorização excessiva das atividades físicas no âmbito do lazer, devido principalmente ao forte vínculo estabelecido entre lazer e os professores de Educação Física e a não diferenciação entre atividades aplicadas dentro da escola e fora dela.

Quando se pretende discutir a definição conceitual do lazer, a primeira questão que vem a tona é que não existe, de fato, um consenso teórico quanto a essa definição. Muitos são os autores que se dedicam a estudar o fenômeno e muitos, também, são os conceitos usados por estes autores para delimitarem seu objeto de estudo.

De acordo com Dumazedier (1979 apud SILVA, 2012) o lazer é o conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

De acordo com Marcellino (2006) o lazer é entendido como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. O importante como traço definidor, é o caráter desinteressado dessa vivência. Não se buscam pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Nesse sentido, Marcellino (2006) divide os interesses do lazer em: artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. Porém, o autor destaca que em determinados momentos e/ou situações esses interesses podem aparecer sozinhos ou concomitantes.

Na história de nossa sociedade observamos que com a diminuição das horas de trabalho e com a crescente preocupação com a melhoria da qualidade da vida urbana, o lazer é valorizado e para ele, dirige-se o interesse dos estudiosos de assuntos sociais. São pesquisadas e analisadas suas contribuições na vida dos indivíduos, diante da riqueza de possibilidades que ele oferece (SILVA *et al.*, 2011).

Entendemos que a relação dos homens e mulheres com o Lazer se constitui de diferentes significados de acordo com determinados momentos históricos. Nesse sentido, iremos apresentar brevemente um esboço desta relação.

Na sociedade antiga não havia uma divisão do tempo do homem, e o local de trabalho se aproximava muito do seu ambiente familiar, a separação entre trabalho e lazer não era caracterizada de forma concreta o que fazia com que o homem tivesse seus momentos de lazer no próprio ambiente de trabalho.

Nesse mesmo pensamento, Silva *et al.* (2011) cita que na sociedade tradicional, marcadamente rural, e mesmo nos setores pré-industriais, não havia uma separação rígida entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar obedecendo ao ciclo natural do tempo. O trabalho frequentemente interrompido para conversas, acompanhava o ritmo do homem e não raro era executado ao som de cantos. O mutirão constitui o exemplo mais marcante da relação produção/festa nas sociedades tradicionais, mostrando uma não caracterização do binômio trabalho/lazer.

Já na sociedade moderna, Silva *et al.* (2011) relata que a mesma era marcadamente urbana, e que a industrialização acentuou a divisão do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. As pessoas passam a fazer parte de grupos variados, sem ligações uns com os outros deixado claro a caracterização do binômio trabalho/ lazer.

Portanto, ao se discutir sobre o lazer pensamos que devemos levar em consideração sua compreensão conceitual e seus aspectos históricos. Pois ainda hoje iremos encontrar nos diferentes espaço, e no nosso caso nas diferentes políticas públicas, reflexos desses conceitos e de sua história.

No Brasil, podemos destacar que o debate sobre o Lazer até meados da década 1950 era um fenômeno pouco enfatizado. Dessa forma, destacaremos o papel de pessoas que contribuíram para reconfigurar o cenário de discussão do Lazer no Brasil.

Inicialmente apresentamos Inezil Marinho que em 1957 publicou “Educação física, recreação e jogos”, em seguida o autor Ethel Bauzer Medeiros que elaborou o projeto de recreação no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro e Arnaldo Süsskind que redigiu o projeto que se transformaria na Consolidação das Leis do Trabalho. Este último autor é considerado um importante agente para a discussão do fenômeno do lazer em relação ao debate com a indústria. (DUMAZEDIER, 1978 apud CARVALHO, 2010).

Neste movimento de consolidação, entendemos que em 1988 há um determinante na relação entre o lazer e as Políticas Públicas, pois o lazer é registrado, enquanto um dos direitos sociais, na Constituição Federal do país, no Título II, Capítulo II, Artigo 6º.

Vejamos a seguir no Capítulo II dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

O termo aparece em outras ocasiões na Constituição, porém se apresenta de maneira mais enfática no Título VIII, Capítulo III, Seção III denominado de “Do Desporto”.

Nesta seção, no artigo 217, parágrafo 3º e último parágrafo do item IV:

O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social. (BRASIL, 1988).

A partir do advento do modo de produção atual, o lazer se apresenta com a exacerbação de duas correntes antagônicas: uma que enxerga o lazer cada vez mais como mercadoria, como mero entretenimento a ser consumido, ajudando a suportar, a conviver, com uma sociedade injusta e de insatisfação crescente: outra que o vê como gerado historicamente na nossa sociedade, e que dela emerge, podendo na sua vivência, gerar também, no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida. (MARCELLINO, 2001).

Por fim, o Lazer, através das suas mais variadas manifestações, tem contribuído também para a transformação social. Ele é emblemático, pois assim como pode ser apenas um produto de consumo, pode ser um elemento “revolucionário”. O lazer agrega, reúne pessoas,

busca identidades. Retira as pessoas de dentro das casas onde estão presas pela insegurança e devolve-as ao convívio social em que há conhecimento, troca, afeto e também questionamentos, consciência e rebeldia. (MARCELLINO, 2001).

Quem trabalha com o lazer, como política social e direito do cidadão, sabe que é preciso constituir políticas públicas que avancem na sociedade, que tenham inserção em todos os segmentos e sejam participativos. (MARCELLINO, 2001).

Pois não basta apenas o lazer está garantido no arcabouço legal do país. É necessário políticas públicas que tenham como pressuposto o desenvolvimento pleno dos cidadãos.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

No que se refere a conceituação de política o senso comum entende como uma atitude nefasta, mas necessária, que corrompe e que pode ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos. Já a expressão “Política Pública de Lazer”, por si só demanda compreensão estudos da explicação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer. (MARCELLINO, 2001).

Carvalho (2010) analisa que as políticas públicas aparecem no contexto como uma possibilidade de atender as necessidades dos grupos sociais por ser necessária uma sistematização e planejamento de ações, visto que o desenvolvimento social não está simplesmente atrelado ao desenvolvimento econômico de maneira linear.

De acordo com Gutierrez (2001) o que importa destacar é que as políticas públicas se inserem num espaço específico, com características próprias e que não se deve esperar delas nem mais, nem menos do que elas podem dar.

Historicamente, no Brasil, as políticas públicas de lazer juntamente com o esporte sofreram diferentes tipos de influências e apresentaram, em consequência destas, inúmeras formas de ação. Sua constituição pode ser analisada e descrita tomando como base as transformações constitucionais e políticas da história do país. Uma relação importante entre essas políticas e suas formas de intervenção se dá com as leis trabalhistas e o direito institucionalizado ao lazer. Esse segundo fator aponta um fortalecimento da discussão política sobre esporte e lazer que legitima a criação de alternativas para o oferecimento dessas atividades à população. (MARQUES, GUTIERREZ, ALMEIDA, 2011).

As primeiras tendências de políticas públicas nos campos do esporte e lazer foram e são regidas pelas Constituições Federais de 1934, 1937 e 1988, além de algumas legislações importantes.

Marquez; Gutierrez; Almeida (2011), aponta que as Constituições Federais de 1934 e 1937 institucionalizaram a legalização do tempo livre como um período de não trabalho, assegurando aos trabalhadores o direito ao descanso e reposição de energias. No ano de 1943 a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) garantiu o descanso remunerado durante o trabalho e fora dele (férias, feriados, domingos). Desse modo, o tempo livre garantido por lei passou a ser um espaço real em que os trabalhadores não teriam obrigações, surge então a necessidade de políticas públicas para criação de atividades de lazer que preenchessem este tempo e auxiliassem na recuperação da força de trabalho.

Nas décadas de 1960 e 1970 o Brasil começa a sofrer um aumento da ação e controle estatal em relação aos serviços à população. Continuam as políticas públicas assistencialistas, principalmente em relação ao esporte e lazer. E nas décadas de 1980 e 1990 surge a Constituição Federal de 1988, a qual institui o acesso ao esporte e lazer como direito social do cidadão e dever do Estado. As políticas públicas de esporte e lazer ganham importância, pois abarcam não somente a recuperação do sujeito para o trabalho, mas também oferecem um espaço de desenvolvimento humano (MARQUEZ, GUTIERREZ, ALMEIDA, 2011).

MARQUEZ; GUTIERREZ; ALMEIDA (2011), aponta ainda que as práticas assistencialistas ainda perduram, porém é possível perceber maior participação social da população na elaboração de programas e atividades de esporte e lazer. É importante destacar também o aumento da perspectiva comercial sobre o esporte e lazer e o conseqüente crescimento da desigualdade social em relação ao acesso a tais atividades. Através de processos democráticos, surgem propostas de sistemas e formatos de políticas de esporte e lazer em curto, médio e longo prazo, como o Sistema Nacional de Esporte, por exemplo.

Nesse sentido, se faz necessário um amplo entendimento de lazer em termos de conteúdos culturais e de ação de difusão e participação nesses conteúdos juntamente com a necessidade do poder público municipal estabelecer políticas setoriais de lazer, a partir de ampla discussão com setores representativos da população (MARCELLINO, 2001).

Quando nos referimos ao lazer e ao esporte, apesar da constatação de que tais políticas foram estabelecidas em períodos diferentes da história, o principal documento que se tem sobre esses temas é a Constituição Federal de 1988, após a mesma essas áreas foram compreendidas como direitos sociais no país.

O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 aponta que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer...”. No seu Art. 7º, inciso IV, decreta que o salário mínimo deve atender às “necessidades vitais básicas” do trabalhador e de sua família, inclusive o lazer. O Art. 217, em seu § 3º, afirma que “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” No Art. 227, lê-se que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer”.

Portanto, vemos que o lazer atravessa diferentes direitos sociais e é apontado em diferentes momentos no texto da Constituição Federal. Essa pulverização do lazer em diferentes direitos permite uma atenção secundária acarretando um descaso quando pensamos em políticas públicas. O que identificamos atualmente nas políticas públicas é uma vinculação do lazer ao esporte acarretando um predomínio do primeiro em relação ao segundo.

Outros exemplos de Políticas Públicas de Lazer podem ser destacadas, tais como as citadas pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande.

Hecktheuer et al (2009), é importante que a SMTEL incentive a prática de esportes em nossos bairros. É uma forma saudável de afastar os jovens do caminho das drogas e da criminalidade. Certamente o projeto deverá ser bem recebido em outros bairros das cidades, principalmente nos mais carentes, tendo em vista que alguns locais os moradores carecem até mesmo de atividades esportivas e de lazer.

Outro discurso bastante presente nos documentos é o da qualidade de vida. O grupo analisa que o discurso da saúde em nossa área se apropria das demandas da população por melhores condições de vida, para oferecer algumas atividades às quais tentam atribuir um sentido de melhoria daquelas condições de vida a partir do simples usufruto das atividades oferecidas com base no lazer. (HECKTHEUER et al, 2009).

Hecktheuer et al (2009), considera que o Estado deva pensar no bem-estar da população através de ações públicas essenciais, entre elas o lazer, sendo que o custo financeiro não pode ser impeditivo ao acesso. Além disso, tais ações não podem ser restritas a datas e eventos desconexos e menos ainda ao pensamento apenas em ocupação do tempo de não-trabalho das pessoas.

Compreendemos que as ações de órgãos públicos, para possibilitar o acesso ao lazer, devem partir de diversas direções. Não bastam a criação e a manutenção de espaços para o lazer o que já seria um bom movimento para o setor mas sim uma interação entre outros setores, tais como: transporte coletivo, segurança pública, reorganização do tempo de

trabalho, todos em atendimento ao direito social, previsto na Constituição, de acesso ao lazer e não para favorecimento do mercado e do acúmulo de capital. (HECKTHEUER et al, 2009).

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAÚDE

Neste tópico apresentamos as leis referentes a Política Pública de lazer na cidade de Saúde-Bahia. Compreendemos que os municípios têm leis que regem e organizam a cidade, portanto a lei maior no que diz respeito a essas vertentes, é a Lei Orgânica do Município.

De acordo com Biondo (2006) a Lei Orgânica constitui o “contrato social” que é feito entre os cidadãos do Município com vistas a disciplinar todos os assuntos que sejam de interesse local, observados os limites da Constituição Federal e Estadual, dos quais se destaca a observância dos direitos e das garantias individuais, tais como: a igualdade de todos perante a lei, o direito de propriedade, a liberdade de manifestação de pensamento, de consciência, de crença, de convicção filosófica ou política e de exercício de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a inviolabilidade do domicílio e da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem das pessoas, da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas.

A Lei Orgânica age como uma “Constituição Municipal” sendo considerada a lei mais importante que rege os municípios e o Distrito Federal. Cada município brasileiro pode determinar as suas próprias leis orgânicas, contanto que estas não infrinjam a Constituição Federal e as leis federais e estaduais.

Sobre o acesso a Lei Orgânica, apontamos que não houve dificuldades pois a mesma se encontra disponível no site oficial da prefeitura. Porém, nosso acesso se deu através da disponibilização deste acervo de outra pesquisadora.

Dessa maneira o acesso a LOM segue o que é citado na Lei 12.527 de 18 de Novembro de 2011, artigo 1 e artigo 7 – inciso I a VI que discorre sobre o acesso a informação:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. [...]

Art. 7º - O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I – orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

- II – informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- III – informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
- IV – informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- V – informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
- VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos. (BRASIL, 2011).

A Lei Orgânica da cidade de Saúde é composta de 40 páginas, 7 títulos, 18 capítulos, 19 seções e 234 artigos passando a ser vigorada no dia 20 de Junho de 2005. Apesar da quantidade de páginas, títulos, capítulos e artigos, a LOM trata do lazer em somente um artigo, o de número 181.

Vejam os o que aborda a Lei Orgânica do Município em seu capítulo VI quando trata do “Desporto e do Lazer”:

Art.180 - O Município promoverá, estimulará, orientará e apoiará a prática desportiva e a educação física, como um direito de todos, observando-se, além do disposto na Constituição o seguinte:

- I – Destinação de recursos públicos para a promoção do desporto educacional;
- II – Autonomia das entidades desportivas e associações, quanto a sua organização e funcionamento no Município;
- III – Tratamento diferenciado entre desporto profissional e amador sempre com preferência para este.

Parágrafo Único – O Município garantirá ao portador de deficiência atendimento especial no que se refere a educação física e a prática de atividade desportiva, sobretudo no âmbito escolar.

Art. 181 – O Município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção e integração social.

Art. 182 – O Município poderá assegurar recursos públicos para os atletas amadores e organizadores de esporte amador situado no seu território que venham a participar competições esportivas oficiais estaduais, nacionais e internacionais, conforme critérios definidos em lei. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2005, p 29).

Identificamos, assim como o “movimento” geral das Políticas Públicas no Brasil, o vínculo na constituição das Leis Orgânicas da estreita relação entre o Lazer e o Esporte, conforme apontado no capítulo VI da referida legislação. Esse dado também é confirmado no trabalho de Oliveira (2015) onde aponta que o lazer é tratado de forma pequena se comparado ao esporte.

Nesse sentido, compreendemos que esta relação entre o esporte e o lazer nas leis orgânicas dos municípios é prejudicial para o direito do lazer, pois nesta repartição de ações, o lazer sempre vêm ficando como um direito secundário. Outro ponto negativo desta relação do lazer/esporte é a perda da sua especificidade, pois a maioria dos gestores públicos compreendem lazer e esporte enquanto sinônimos e já vimos a partir de autores como Marcelino (2006), Dumazedier (1979) que são fenômenos distintos.

Nota-se dessa maneira na LOM a vinculação com a dimensão do esporte (educacional e alto rendimento) diminuindo assim, a abrangência e a individualidade do lazer da maneira conforme apontou Marcelino (2001).

Outro elemento que merece destaque na análise da LOM, refere-se a expressões “apoio” e “incentivo”. Consideramos que essas ações não reflete uma atitude propositiva que o Estado, nesse caso, o município de Saúde deve ter para com as políticas públicas de Lazer.

Percebemos também a discrepância quantitativa e qualitativa de páginas e artigos referentes ao lazer na Lei Orgânica, pois o documento é composto por 40 páginas, e pouco menos de 1 página trata do lazer e esporte, e apenas um artigo (art. 181) aborda o lazer em específico.

A LOM apresentou uma preocupação em oferecer atendimento especial a pessoa com deficiência, principalmente no âmbito escolar. Contudo, quando pensamos no âmbito do lazer, é perceptível a pouca importância a inclusão de pessoas com deficiência. Barrozo *et al.* (2012) aponta que o tema lazer de modo geral não é associado a assuntos sérios e importantes, e menos ainda ao se tratar de lazer para pessoas com deficiência.

Entendemos que o lazer é um direito de todos inclusive das pessoas com deficiência. Esta afirmação tem respaldo na Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, onde é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Identificamos também na LOM uma preocupação com o desporto educacional. Entendemos que o desporto educacional passa a ser obrigatório, pois consta que o Governo deve cumprir o determinado na constituição nacional Título VIII Capítulo III, Seção III Artigo 217 Item II - "É dever do Estado fomentar (...) observando (...) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional, e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento" (TAFFAREL, 2000).

A perspectiva do desporto educacional sobre o profissional, se dá pelo fato de que o profissional nem sempre inclui todos os alunos, pois o mesmo é seletivo e preza pelos resultados adquiridos. Na certeza de que ensinar e aprender são inseparáveis, no esporte educacional essa perspectiva é visível, os educadores reconhecem a diversidade e a necessidades de cada aluno para proporcionar uma interferência construtiva, crítica e criativa (SANTOS, 2007).

A prática do desporto educacional não se limita à detecção de talentos, e para essa afirmação tomamos como base citação de Santos (2007), ele comenta que existem cinco princípios da atividade educacional: Educação integral, por meio de aprendizagem equilibrada, além da dimensão física, como desenvolvimento das capacidades psíquicas, afetiva e social; Rumo à autonomia, para compreender a prática esportiva como ação emancipatória para a formação de um cidadão ativo, crítico e criativo; Inclusão de todos, afim de criar condições, possibilidades, e oportunidades para que as crianças e os jovens tenham acesso à prática esportiva; Construção coletiva, para elaborar e desenvolver, juntamente com os educandos, os programas pedagógicos para levar em consideração suas necessidades e expectativas; Respeito a diversidade, por meio do reconhecimento e respeito as diferenças dos alunos em relação à etnia, ao gênero, ao biótipo de repertórios e habilidades.

Em contraposição, o esporte profissional exige uma organização complexa e investimentos, o esporte profissional ou de rendimento, cada vez mais, passa a ser uma responsabilidade de iniciativa privada. Traz consigo os propósitos de novos êxitos esportivos, a vitória sobre adversários nos mesmos códigos, e é exercido sob regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade (SANTOS, 2007).

Percebemos a citação do esporte amador ou esporte-participação, o mesmo é realizado de maneira a proporcionar descontração e diversão, e não é feito em espaços diversos sem comprometimento, afim de proporcionar relações sociais, e é realizado de maneira espontânea assim como analisa Santos (2007), o esporte-participação proporciona participação e fortalece os grupos e as comunidades, tornando-os ativos e com mais possibilidades de percepção do conceito de obrigação social, e conseqüentemente mais agentes do seu próprio destino. Por tudo isto é que o esporte-participação ou popular é reconhecido como aquela dimensão social do esporte mais inter-relacionada com os caminhos democráticos.

As dimensões esportivas citadas, ainda aparecem na Lei nº11.438, de 29 de Dezembro de 2006, Art 2º de incentivo ao desporto;

Art. 2º - Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento:

I - desporto educacional;

II - desporto de participação;

III - desporto de rendimento.

§ 1º - Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

§ 2º - É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva

§ 3º - O proponente não poderá captar, para cada projeto, entre patrocínio e doação, valor superior ao aprovado pelo Ministério do Esporte, na forma do art. 4º desta Lei. (BRASIL, 2006)

Essa lei dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivos e dá outras providências proporcionando recursos para que as práticas esportivas possam ser contempladas nas diversas esferas do poder público.

Entendemos que o lazer como um tema de complexa conceituação deve ser tratado de forma mais específica nas Leis Orgânicas que regulam a política nos municípios. Pois da maneira como vêm se apresentando conforme apontado neste trabalho e também no trabalho de Oliveira (2015) se apresenta de maneira superficial acarretando Políticas Públicas frágeis, escassas e sem sentido para o desenvolvimento humanos da população do município de Saúde.

Neste mesmo movimento terminológico, destacamos na presente Lei Orgânica a articulação entre as políticas públicas e a função de “promoção” e a “integração social”. Neste quesito percebemos claramente a influência dos princípios da Constituição Federal, que também apresenta esse tipo de relação.

Corroborando com a ideia da integração de Werle (2010) quando aponta que é de suma importância falar da integração social pelo lazer, pois as ações que possibilitem a participação e integração social são pouco organizadas pelo poder público.

Contudo, consideramos uma necessidade de reflexão mais profunda sobre que tipo de “promoção” e “integração social” estamos perspectivando aos indivíduos. De quê promoção social estamos falando? De quê integração social se perspectiva? Uma promoção/integração que vise a emancipação dos indivíduos ou uma promoção/integração que vise a alienação das pessoas?

Portanto, reflexões e análises sobre as leis orgânicas dos municípios são fundamentais para identificar na essência o projeto teórico que sustenta a articulação das políticas públicas dos municípios. Nesse sentido, procuraremos identificar nos projetos de leis, nos requerimentos e nas indicações se o município de Saúde vem apresentando sintonia com o que reza a Lei Orgânica do município.

Na tabela 1 podemos observar as ações, através das leis, que o poder legislativo da cidade de Saúde, para cumprimento da Lei Orgânica do município vêm instituindo desde 2005.

TABELA 1 – Leis relativas ao Lazer na cidade de Saúde-Bahia de 2005 à 2015.

LEI – DECRETO	ASSUNTO
Lei n° 200, de 04 de Novembro de 2005	Estabelecimento do Calendário de datas Cívicas do Município.
Lei n° 220, de 23 de Maio de 2007	Instituição do programa Bom de Nota, Bom de Bola.
Lei n° 221, de 05 de Junho de 2007	Declara de utilidade pública municipal a Associação Cultural Voz do Criador.
Lei n° 222, de 05 de Junho de 2007	Instituição do dia dos Evangélicos.
Lei n° 227, de 05 de Setembro de 2007	Instituição do pagamento de metade do ingresso cobrado em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas, e similares.
Lei n° 10706, de 22 de Novembro de 2007	Declara de utilidade pública o Grupo Amigos da Natureza (GAN).
Lei n° 302, de 12 de Abril de 2011	Declara de utilidade pública a Associação dos Músicos de Saúde.
Lei n° 304, de 03 de Maio de 2011	Declara de utilidade pública municipal a Associação Comunitária do Alto do Cardoso.
Lei n° 308, de 09 de Agosto de 2011	Institui o Campeonato de Futebol de Campo no Calendário Oficial.
Lei n° 309, de 09 de Agosto de 2011	Institui o Campeonato de Futebol de Salão no Calendário Oficial.
Lei n° 317, de 06 de Dezembro de 2011	Dispõe sobre a denominação da Praça do

	Povoado do Paulista.
Lei nº 381, de 13 de Outubro de 2015	Doação de uma área destinada a construção e funcionamento do Lar do Idoso.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir da coleta de dados, 2016.

Em síntese identificamos que as leis entre 2005 à 2015 tramitadas pelo poder executivo do município de Saúde sobre as políticas públicas de lazer são: a) estabelecimentos de calendários e dia festivo; b) criação de programa esportivo/lazer; c) estabelecimento de espaços de utilidade pública; d) estabelecimento de pagamentos de meia entrada; e) criação de campeonatos de futebol e futsal; f) denominação de praça e g) doação de espaço.

No que diz respeito ao estabelecimento do calendário de datas cívicas da cidade do município de Saúde o calendário oficial mostra algumas datas em que a cidade proporciona momentos de lazer para os habitantes, a saber: a) o Dia 1º de Junho, comemorativo ao aniversário de emancipação política do Município de Saúde, onde acontece a alvorada, o desfile cívico, apresentações teatrais das escolas e festa com banda; b) o Dia 24 de Junho, comemorativo ao São João, proporcionando atividades regionais tais como quadrilha, quebra pote, festa com banda; c) o Dia 24 de Junho, comemorativo ao Retiro Evangélico; d) o Dia 08 de Setembro, comemorativo à Padroeira Nossa Senhora da Saúde onde acontece a procissão, bingo e atrações das paróquias do município; e) o Dia 25 de Dezembro, comemorativo ao Natal acontecendo atividades para as crianças, como a doação de brinquedos feita pelo Papai Noel e atrações realizadas por igreja evangélicas tais como cultos na praça principal e; f) o Dia 31 de Dezembro, comemorativo aos festejos de Reveillon onde ocorre festa com banda no povoado do Genipapo.

No que diz respeito ao reconhecimento de alguns espaços de lazer enquanto utilidade pública, o município de Saúde reconhece e declara: 1) a Associação dos Músicos de Saúde; 2) a Associação Cultural Voz do Criador; 3) a Associação Comunitária do Alto do Cardoso e 4) o Grupo Amigos da Natureza (GAN).

Percebemos no estudo de Souza (2015) que em Capim Grosso também houve por parte do poder público uma centralidade de ações que tornou alguns espaços como “utilidade públicas” como: a Associação Desportiva Força Jovem de Capim Grosso em 1993, a Associação Atlético Cultural Capimgrossense (AACC) em 1997 e a Associação da Escolinha de Futebol Criança Esperança em 2014.

Esse movimento de declaração de utilidade pública é algo importante no processo de efetivação das políticas públicas, pois essas entidades ao tornarem-se de “utilidade pública” estão aptas a receberem recursos financeiros do poder público municipal.

Foram instituídos dias para homenagear determinados grupos, a prática do lazer desses grupos específicos se diferem uma das outras, dessa maneira foi instituído O Dia dos Evangélicos e também o Dia da Cavalgada do Pangaré.

Percebemos uma preocupação com o público evangélico por parte do poder público no estudo de Oliveira (2015) quando aponta a construção de um jardim zoológico com o objetivo de proporcionar momentos de lazer para esses cidadãos, pois de acordo com os legisladores as famílias evangélicas não frequentam casas noturnas em Capim Grosso, assim não tem opção de lazer.

Foi autorizado pelo Poder Executivo Municipal a fazer uma doação de uma área de terra de propriedade do município de Saúde, destinada a construção e funcionamento da sede do Lar do Idoso de Saúde, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores sancionou uma Lei para assegurar aos estudantes do município de Saúde, o pagamento da metade do valor efetivamente cobrado, para ingresso de estudantes devidamente autorizados e identificados, em casas de diversões e espetáculos, praças esportivas e similares. A Lei nº 227, de 05 de Setembro de 2007.

Instituiu-se junto a Secretaria de Educação do Município de Saúde, o programa Bom de Nota, Bom de Bola, que é um projeto que incentiva a prática do lazer através do esporte em conjunto com a escola para com as crianças e adolescentes menos favorecidas.

Instituiu o campeonato de futebol de salão no calendário oficial de eventos do município no ano de 2011. O mesmo passaria a ser realizado anualmente, nos meses de Outubro e Novembro de cada ano.

Foi instituído no mesmo ano o campeonato de futebol de campo no calendário oficial de eventos do município. O campeonato passaria a ser realizado nos meses de Fevereiro a Junho de cada ano.

Nos primeiros anos os campeonatos aconteceram de acordo com a Lei sancionada, e foi um grande incentivo de prática do lazer por meio do esporte, nesse caso o futebol e o futsal, mas nos últimos anos os mesmos não foram mais realizados, o que contribuiu muito para tal fator foram divergências políticas que influenciaram para o fim dos campeonatos.

Outro ponto de destaque refere-se a garantia que o município irá oferecer a pessoa com deficiência atendimento especial no que se refere a educação física e a prática de

atividade desportiva, sobretudo no âmbito escolar. Mas é perceptível que nenhuma atividade ou projeto de lazer foi criado para o público de pessoas com deficiência da cidade de Saúde.

Nossa análise mostra que as principais leis que dizem respeito ao lazer, estão ligadas principalmente com esporte, seja ele de campo ou mesmo de salão, visando incentivar a prática do mesmo no município, tal como o projeto bom de bola bom de nota. Algumas leis dizem respeito ao reconhecimento de instituições para que as mesmas possam ser contempladas com verbas municipais visando possibilitar continuidade de duas atividades e funções. Observamos que apesar da LO dar direito a pessoas com deficiência da prática de lazer adequada, mas não foi percebido nenhuma iniciativa ou projeto para tal público. Por fim, é perceptível as poucas leis criadas que abrangem o lazer, porém mesmo diante desse fato, podemos destacar a lei nº 227, de 05 de Setembro de 2007, que possibilita o pagamento de metade do ingresso para quaisquer atividades de lazer no município, visando assim um incentivo para tais práticas, porém observamos que muitas das leis citadas aqui não vem sendo cumpridas, algumas por divergências políticas.

4.2 ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES SOBRE POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER

Apesar da análise ter sido realizada dentre os anos de 2005 até 2015 documentos anteriores ao ano de 2009 não foram encontrados na câmara de Saúde. Não se soube qual o motivo para tal defasagem de documentos de lazer. Isto é no mínimo estranho, pois não compreendemos que um município passará 4 anos sem a aprovação de requerimentos e indicações. Porém, pensamos que há necessidade de outros estudos para identificar de maneira mais profunda as questões que envolvem este período.

Vejamos a tabela 2 que apresenta uma lista dos requerimentos e indicações entre o período de 2005 à 2015.

TABELA 2 – Lista de Requerimentos e Indicações referentes a política pública de Lazer da cidade de Saúde-Bahia entre 2005 – 2015.

Documento	Assunto	Autor
Nº. 002/09 – 27/01/2009	Construção da Praça do povoado de Itacurubi.	Ricarte Dantas Ferreira

Nº. 011/09 – 29/01/2009	Construção de uma quadra poli esportiva no povoado de Várzea Cumprida.	Leônidas José dos santos
Nº. 014/09 – 29/01/2009	Pavimentação e construção da Praça do Angelim.	Claudiano de Menezes Jatobá
Nº. 009/2009 – 29/01/2009	Construção de uma quadra poli esportiva na localidade Pracinha.	Eudário Moraes Guirra
Nº. 017/2009 – 05/02/2009	Construção de quadra poli esportiva nos povoados de Paiaia e Quebra Coco.	Ricarte Dantas Ferreira
Nº. 025/2009 – 13/02/2009	Pavimentação da praça do Riacho.	Edmilson Alves dos Santos
Nº. 033/2009 – 05/03/2009	Urbanização da praça Joel Caetano da Silva, com a implantação de bancos e espaço para jardinagem.	Edmilson Alves dos Santos
Nº. 051/2009 – 13/05/2009	Pavimentação e Urbanismo da praça do povoado do Angelim.	Edmilson Alves dos Santos
Nº. 002/2010 – 18/03/2010	Colocar uma tela de proteção no muro do Estádio Joaquim Caetano, na sede deste município.	Ricarte Dantas Ferreira
Nº. 002/2011 – 14/03/2011	Reforma do Estádio Municipal.	Claudiano de Menezes Jatobá
Nº. 004/2011 – 05/05/2011	Reforma da quadra poli esportiva situada no bairro Vila Lelinha.	Edmilson Alves dos Santos
Nº. 007/2011 – 26/08/2011	Fazer uma reforma no Clube São Francisco, localizado no povoado do Genipapo.	Claudiano de Menezes Jatobá
Nº. 008/2011 – 20/10/2011	Implantação de um parque	Valdelícia Ribeiro Silva

	infantil, da Rua Martins Fonseca, no distrito de Genipapo.	Santos
Nº. 009/2011 – 01/11/2011	Fazer uma contenção de alvenaria de pedra no campo de futebol do povoado do Genipapo.	Edmilson Alves dos Santos
Nº. 008/2013 – 14/03/2013	Recuperação total da praça do povoado de Serra Branca.	Andreia da Silva Santos
Nº. 014/2013 – 29/05/2013	Construção de uma academia para a terceira idade.	Ana Meyre M. S. de Queiroz
Nº. 017/2013 – 23/08/2013	Prover iluminação da quadra poliesportiva do Cardoso.	Murilo Caetano Brito Silva
Nº. 022 e 023/2013 – 05/09/2013	Recuperar e melhorar o campo de futebol do município e recuperar e ampliar um novo gramado no Estádio Municipal.	Bruna Dhaianne Melo da Silva Pereira
Nº. 024 e 025/2013 – 05/09/2013	Fazer o calçamento de toda a Avenida da Cachoeira, no povoado do Paulista e construir uma quadra poli esportiva no bairro da Pecuária.	Andreia da Silva Santos
Nº. 028 e 029/2013 – 19/09/2013	Realizar uma reforma no muro do Estádio Joaquim Caetano e construir um vestiário no campo do povoado do Itacurubi.	Leônidas José dos Santos
Nº. 030/2013 – 26/09/2013	Construção de um ginásio de esporte no povoado do Genipapo.	Reginaldo Duarte dos Santos

Nº. 031/2013 – 25/10/2013	Indica que seja denominado o projeto Conviver do povoado Angelim como Enedina Maria da Silva.	Reginaldo Duarte dos Santos
Nº. 009/2014 – 23/09/2014	Construção de uma praça pública com sua devida iluminação ao lado da escola Baltazar da Rocha Cezar.	Miguel Borges de Miranda
Nº. 015/2014 – 21/11/2014	Reforma do Centro de Convivência Vovó Cantú, neste município.	Reginaldo Duarte dos Santos
Nº. 012/2015 – 04/12/2015	Construção de praças na rua do Prado, Vila Lelinha.	Miguel Borges de Miranda

Fonte: Elaboração própria, 2016.

É perceptível uma maior importância das políticas públicas no que se refere a área esportiva, sabe-se que por ser o esporte muito popular no país há uma maior atenção para essa prática, e há uma atenção ainda maior para o futebol e futsal por se tratar da prática mais recorrente no município.

Os requerimentos e indicações relacionados ao esporte se totalizaram 16 com diferentes pedidos para o provimento do esporte na cidade.

Foram solicitados 4 requerimentos para o Estádio Joaquim Caetano, os mesmos dispunham de reformas no estádio, recuperação e melhoria do campo de futebol do município e recuperação e ampliação de um novo gramado no Estádio Municipal juntamente com a implantação de uma tela de proteção. Houveram 2 solicitações referentes aos campos de futebol dos povoados, as mesma indicavam uma construção de um vestiário no campo de futebol do povoado do Itacurubi e uma contenção de alvenaria no campo de futebol do povoado do Genipapo.

Encontramos um cenário em Saúde muito semelhante ao que Souza (2015) aponta em Capim Grosso que foi notado um foco das atenções dos legisladores para os espaços utilizado exclusivamente para práticas futebolísticas, tornando clara a predominância das atenções do poder público para o esporte da grande massa.

Houveram também solicitações para a prática de esportes de quadra. Foram realizados 6 requerimentos para reformas e construções de quadras poliesportivas no município.

Houveram 5 requerimentos para construção de praças nos povoados de Várzea Cumprida, Pracinha, Paiaia, Quebra Coco e no bairro da Pecuária na sede do município. E houve 1 solicitação para a reforma do Ginásio de Esportes do bairro da Vila Lelinha.

Identificamos também em nosso estudo dados semelhantes ao que Bastos (2012) aponta em seu trabalho realizado em Ubaíra, quando aponta que a partir da relação de obras e reformas elencadas é possível conceber que existe uma atenção maior para construção ou reparos de quadras poliesportivas e futebol de campo.

Os requerimentos voltados para construção e reformas de praças, foram encontrados 9 documentos, desses nove 6 foram para sede e 3 para os povoados.

Foram feitas 3 solicitações de construção de praças no bairro do Prado, Vila Lelinha, uma em frente ao Colégio Baltazar e uma no povoado do Itacurubi. E foram feitos 5 requerimentos para reformas de praças do povoado do Angelim, no Genipapo, na Serra Branca, o Riacho e na Praça Joel Caetano na sede do município.

Os clubes e associações foram citados nos requerimentos em 3 documentos, uma na sede do município e duas nos povoados.

Foi solicitado a reforma do Clube São Francisco no povoado do Genipapo, uma reforma no Centro de Convivência Vovó Cantú na sede do município e a nomeação do Centro de Convivência do Angelim como Enedina Maria Silva.

Foi solicitado a construção de uma academia da terceira idade na sede do município assim como no trabalho de Oliveira (2015), onde ela aponta que houve um requerimento para construção de uma academia da terceira idade no povoado do Peixe.

Houve também uma solicitação para recuperação do caminho da cachoeira do povoado do Paulista. Porém até o momento não identificamos a finalização da obra.

Na observação da tabela se percebe uma maior quantidade de documentos nos anos de 2013 com 11 documentos e no ano de 2009 com 8 documentos, e os anos que tiveram menos documentos requeridos, foram os anos de 2010 com apenas 1 documento e o ano de 2015 também com 1 documento requerido.

Os demais anos se totalizaram com os seguintes documentos, ano de 2011 com 5 documentos requeridos e 2014 com 2 documentos. Não foi encontrado nenhum documento nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, e 2012.

No ano de 2009 houveram 5 requerimentos destinados as praças do município e 4 para o esporte, nesse ano a maior incidência de requerimento for para as praças do município.

Em 2010 houve apenas 1 requerimento o mesmo destinado ao esporte.

No ano de 2011 foram 3 destinados para o esporte e 2 pra as praças do município, maior incidência do esporte.

Em 2013 foram percebidos 8 requerimentos destinados ao esporte, 1 a uma praça, 1 para a academia da terceira idade e 1 para recuperação do caminho da cachoeira do Paulista e 1 para associações, a maior incidência foi a do esporte, mas diferentes dos anos anteriores houve requerimentos para espaços alternativos que vão além de apenas esporte e praças municipais.

No ano de 2014 houve 1 requerimento para praça municipal e 1 para as associações.

E no ano de 2015 houve apenas 1 requerimento o mesmo para uma praça municipal.

Apesar de os apontamentos ainda serem maior na área do esporte, se percebe iniciativas para novos espaços de lazer mesmo que de maneira um tanto tímida, e que se tratando de esporte, o futebol e o futsal são o que ainda tem maior importância se comparados com os demais.

Os requerimentos e indicações feitos pelos vereadores, ainda são considerados mínimos se levarmos em conta a quantidade de abordagens e atividades voltadas para o lazer no Município de Saúde, e muitas das indicações e requerimentos não foram realizados no município fazendo com que essa defasagem de oportunidades da pratica do lazer só aumente.

Nesse mesmo pensamento, o trabalho de Oliveira (2015), trás dados semelhantes aos citados aqui, apontando que apesar dos continuados requerimentos e observações feitas pelos pesquisadores nas citadas obras, percebemos que a maioria destas das solicitações não foram realizadas na cidade de Capim Grosso.

Identificamos também uma ausência de requerimentos e indicações que apontassem para programas e projetos envolvendo o lazer. Pois somente a construção e manutenção de espaços para o lazer não dá conta de ofertar boas políticas públicas. É necessário que o município tome a frente do processo e crie programas e projetos para que os espaços públicos sejam ocupados, utilizados e vivenciados com práticas de lazer.

Diante disso, nos fica claro o pequeno número de indicações e requerimentos se levarmos em conta que a análise foi feita durante uma década, e que houve anos em que nenhuma documento desse tipo voltado para o lazer foi elaborado. Há uma maior importância dada ao esporte se comparado as demais esferas do lazer, e que quando o esporte não é citado, a maioria dos documentos são voltados para as praças do município.

Percebe-se que os legisladores não se preocupam com outras demandas do lazer, ficando focados apenas numa única esfera. É perceptível esse mesmo menosprezo, quando analisamos uma citação do trabalho de Oliveira (2015), onde é apontado que os legisladores

não se preocuparam em criar espaços públicos para as práticas artísticas e a contemplação desta, como museus, anfiteatros etc.

4.3 ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PRÁTICA DO LAZER NO MUNICÍPIO DE SAÚDE

Realizamos um diagnóstico sobre os principais espaços de lazer do Município de Saúde atentando-nos para a sua localidade, conservação, acessibilidade e possibilidades de utilização para práticas de lazer da população saudense.

Foram analisados e fotografados 18 espaços de lazer no município, são eles 10 praças, 2 quadras, 1 ginásio, 1 clube, 2 centros de cultura, 1 campo de futebol e 1 cachoeira.

4.3.1 PRAÇA ALTO DA SANTA CRUZ

A praça do Alto da Santa Cruz foi construída a 4 anos para tentar preservar o pé de amêndoa e também para que os habitantes, principalmente as crianças do bairro, possam ter um pequeno espaço para brincarem, andarem de bicicleta e ocuparem em seu tempo de lazer. Sobre a acessibilidade é perceptível rampas de acesso para pessoas em cadeira de rodas.

Não há nenhum equipamento para as pessoas usarem para promoção do lazer, exceto os bancos que são usados em sua grande maioria por casais de namorados. A mesma não passou por reforma desde sua fundação. Não identificamos programas e projetos sendo desenvolvidos nesta praça.

FIGURA 1. PRACINHA DO ALTO DA SANTA CRUZ



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.2 CENTRO CULTURAL DO MUNICÍPIO

Centro Cultural do município, é o lugar onde acontecem praticamente quase todas as atrações relacionadas com pequenos eventos de cultura e lazer. Foi inaugurado a mais de 10 anos e há tempos não passa por reformas.

Os espaços externos são usados para que as crianças andem de bicicleta e as pessoas, principalmente os idosos, usam para fazer caminhada e diversos tipos de atividade física.

Não foi possível fotografar o mesmo em seu interior. Contudo, o espaço interno tem um palco para apresentações teatrais e de eventos escolares, e até de festas que são proporcionadas pelos habitantes tais como, festas de aniversários, cantores e etc.

FIGURA 2. CENTRO CULTURAL



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.3 PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

Praça Marechal Deodoro da Fonseca, é uma das praças mais antigas do município consta com uma vasta grandeza territorial em forma de orla, não foi possível tirar fotos de toda a sua extensão, mas tentamos focar numa parte da praça que é uma das mais utilizadas. Popularmente a praça é tratada como um jardim por haver uma grande quantidade de árvores por toda a praça, juntamente com flores diversas.

Essa praça serve como espaço para diversas atividades, tais como caminhada realizadas pelos habitantes principalmente os idosos, andar de bicicleta principalmente as crianças e também andar de skate.

Na foto podemos observar um espaço aberto da praça, nesse espaço os rapazes utilizam para realizar algumas práticas esportivas principalmente o futevôlei realizado de maneira adaptada pelos mesmos.

A mesma fica em frente ao Clube Social da cidade, quando há algum evento no clube, a praça serve como suporte para equipamentos de lazer, tais como camas elásticas e pula-pula utilizados para a diversão das crianças.

Na praça não há equipamentos de lazer e mesmo com muito tempo de construída a mesma não tem rampa para pessoas com cadeiras de roda.

FIGURA 3. PRAÇA DA RUA MARECHAL DEODORO



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.4 CLUBE SOCIAL SAUDENSE

Clube Social Saudense, é um espaço para realização de eventos voltados para a cultura e o lazer. O clube é bem antigo e nunca passou por uma reforma. Percebe-se o estado precário do mesmo que é utilizado constantemente para festas públicas e privadas, como também casamentos e aniversários.

Não foi possível fotografar o espaço por dentro, pois o mesmo encontra-se fechado para reformas, dessa maneira não está acessível esse espaço no momento.

O mesmo consta com um quadra no espaço, que há muito tempo foi abandonada por falta de manutenção e transformada em um lugar de show para festas.

FIGURA 4. CLUBE SOCIAL SAUDENSE



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.5 PRAÇA DA PREFEITURA

Praça da Prefeitura, é uma das praças mais antigas da cidade, a mesma tem um grande espaço, um pequeno palco que serve para shows, na praça ainda são feitas atividades como andar de bicicleta, de skate e até como prática futebolística pelas crianças, e tem ainda um pequeno jardim onde as crianças usam para jogar bola e para diversas brincadeiras.

Essa praça era o local onde aconteciam os principais festejos da cidade, tais como os festejos juninos e festa de aniversário da cidade, mas hoje em dia nesses festejos serve como espaço para instalação de parques de diversão.

A mesma é bem arborizada, e como fica em frente da Igreja Matriz, os principais festejos realizados pela igreja são na praça da prefeitura.

FIGURA 5. PRAÇA DA PREFEITURA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.6 PRAÇA ALBINO PEREIRA

Praça Albino Pereira, é a principal praça da cidade pois fica instalada no centro, tem um ampla área com árvores, pequenos jardins e um palco para realização de diversas atividades.

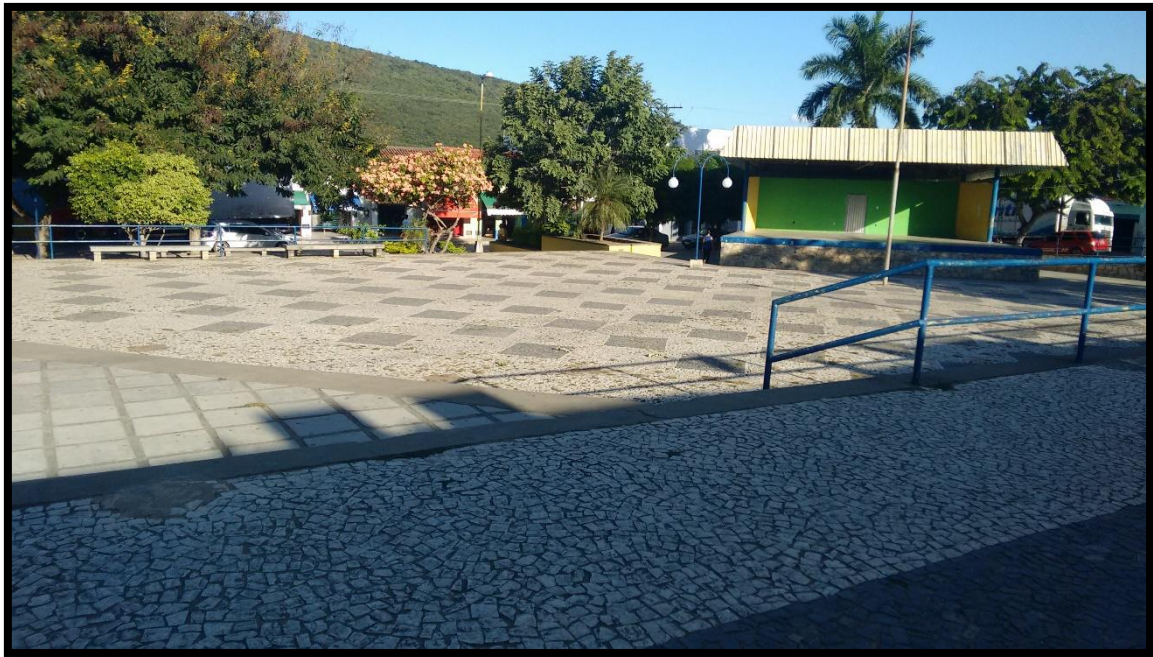
Essa praça passou por uma reforma há uns 10 anos, não possui rampa para pessoas com cadeiras de rodas e é o principal ponto de encontro das pessoas da cidade.

Os festejos juninos acontecem na praça onde são instalados alguns brinquedos para diversão das crianças, tais como cama elástica, pula-pula e piscina de bolinhas. As diversas festas que acontecem na cidade são realizadas nessa praças principalmente pelo fato do mesmo possuir um palco para a realização das apresentações.

As crianças utilizam a mesma para andar de bicicleta e práticas esportivas como o futebol e até voleibol adaptado pelos mesmos.

Não há equipamentos específicos para a prática de lazer na praça, e como a mesma possui diversas árvores, ainda é popularmente chamado de jardim pela população em sua maioria.

FIGURA 6. PRAÇA ALBINO PEREIRA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.7 PRAÇA DA RUA NELSON CARNEIRO

Na rua Nelson Carneiro tem uma pequena praça que serve principalmente para os estudantes do que tem em frente, eles usam a mesma principalmente para conversar e também é bem usada pelos casais de namorados. Não possui rampa de acesso para pessoas com cadeiras de roda e é bem arborizada sendo utilizada por alguns pessoas até para tirar um cochilo nos bancos da mesma. Ela não possui nenhum equipamento para a prática de lazer.

FIGURA 7. PRAÇA DA RUA NELSON CARNEIRO



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.8 PRAÇA DA PECUÁRIA

Praça da Pecuária, foi feita para aproveitar um espaço abandonado que tinha nesse local. É uma pracinha simples com acesso para pessoas com cadeiras de roda e possui três bancos, há espaços que serão utilizados para a plantação de árvores mas no momento a praça ainda está da mesma maneira mesmo depois de alguns anos de construída.

FIGURA 8. PRACINHA DA PECUÁRIA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.9 QUADRA POLIESPORTIVA

Quadra Poliesportiva da cidade, foi construída há uns 10 anos, e é utilizada para os principais eventos esportivos da cidade e também para outros eventos, tais como eventos de música e etc.

No momento não está sendo utilizada por conta de uma reforma que já dura dois anos, por esse mesmo motivo não pudemos tirar fotos do espaço interno da quadra que possui ainda vestiários inacabados desde sua inauguração.

Além do mais a quadra fica perto de uma escola, e assim dava suporte a mesma por não possuir uma quadra nessa escola, e por conta da reforma, as práticas esportivas estão sendo feitas de forma totalmente adaptadas pelos professores.

FIGURA 9. QUADRA POLIESPORTIVA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.10 ESTÁDIO MUNICIPAL JOAQUIM CAETANO

Estádio Municipal Joaquim Caetano, é onde acontece os principais eventos voltados para o futebol no município, o mesmo é de terra e já foi proposto para ser gramado por diversas vezes e ainda não o foi.

O mesmo precisa de uma grande reforma, pois a muito tempo não recebe nenhum tipo de suporte do poder público, o estádio é usado tanto para a prática do futebol quanto para o futebol society e todos os eventos que acontecem atualmente no estádio são organizados por terceiros que nada tem a ver com o poder público do município.

Os vestiários e banheiros estão em estado precário, precisando urgentemente de uma reforma para ficar em condições de uso. O mesmo é utilizado ainda para eventos, tais como festas e encontros dos diversos tipos.

FIGURA 10. ESTÁDIO JOAQUIM CAETANO



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.11 PRAÇA DO CARDOSO

Praça do Cardoso, foi feita para aproveitamento de um terreno que estava abandonado, a mesma é arborizada, com espaço em que as crianças usam para práticas esportivas adaptadas e também andam de bicicleta. É usada pelos casais de namorados e algumas pessoas fazem caminhada pela praça principalmente os idosos, a mesma possui rampa de acesso para pessoas com cadeira de rodas.

FIGURA 11. PRAÇA DO BAIRRO CARDOSO



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.12 QUADRA DO CARDOSO

Quadra do Cardoso, é usada para diversas práticas esportivas, já foi reformada para ser usada nos eventos esportivos da cidade, mas está precisando de uma nova reforma já que a que houve faz um tempo e foi provisória.

É usada por crianças para atividades promovidas por programas do governo implantados no município, e é a principal quadra esportiva da cidade, não pode ser considerada uma quadra poliesportiva pois faltam diversas reformas para implantar outros esportes além do futsal, um exemplo é o basquete que não pode ser praticado por faltar os aros de basquete que foram quebrados e só restaram as tabelas, o vôlei é praticado de forma adaptada pois não há lugar para colocar a rede da prática esportiva.

A mesma também é utilizada para atividades diversas dança de roda e até cultos evangélicos.

FIGURA 12. QUADRA DO BAIRRO CARDOSO



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.13 CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Centro de Convivência, popularmente conhecido como conviver é um espaço comunitário que serve como área de atividades culturais principalmente para os idosos.

O mesmo passou por uma reforma e é utilizado para que os idosos participem de dança de roda atividades artesanais e convivência uns com os outros partilhando momentos que muitos não tem com seus familiares, nos festejos juninos da cidade os idosos fazem apresentações tudo proveniente do Centro de Convivência.

O mesmo tem um amplo espaço externo com muitas arvores, mas que não é utilizado pelas pessoas que frequentam o Centro de Convivência.

FIGURA 13. CENTRO DE CONVIVÊNCIA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.14 PRAÇA DA RUA CANTINO JOSÉ DOS SANTOS

Praça da Rua Cantino José dos Santos, foi construída para aproveitar um terreno abandonado que tinha naquele lugar, foi construída a pouco mais de 4 anos e é utilizada principalmente pelos habitantes da rua para caminhadas, andar de bicicleta.

A mesma possui rampa de acesso para pessoas com cadeira de rodas e uma pequena área com grama e também a praça tem algumas árvores plantadas que já tinham antes da construção da praça e dois bancos. Essa praça também foi construída para a preservação dessas árvores.

FIGURA 14. PRACINHA DA RUA CANTINO JOSÉ DOS SANTOS



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.15 PRAÇA DO BAIRRO CORONEL JOAQUIM MALTA

Praça no Bairro Coronel Joaquim Malta, foi construída a uns 15 anos, a mesma e no formato de orla por isso não foi possível fotografar toda sua extensão, por isso fotografamos um espaço que consideramos ser o de mais uso pelas pessoas que jogam dominó, andam de bicicleta principalmente as crianças, realizam algumas práticas esportivas todas adaptadas.

Possui muitas árvores plantadas no decorrer de toda sua extensão e por esse motivo é chamada popularmente pelos habitantes de jardim, também é utilizada pelos casais de namorados e não possui equipamentos de lazer.

FIGURA 15. PRAÇA DO BAIRRO CORONEL JOAQUIM MALTA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

Falaremos agora de alguns espaços existentes na zona rural do município e específico o povoado do Paulista, por ser um dos povoados mais desenvolvidos do município.

4.3.16 QUADRA DO POVOADO DO PAULISTA

Quadra do Paulista, foi construída há uns 10 anos para que os habitantes pudessem praticar o futsal em um espaço mais adequado do que os que eles praticavam antes num campinho de terra batida, os principais eventos de esporte do povoado acontecem nessa quadra. Depois da inauguração a mesma não passou por nenhuma reforma e necessita de adaptações para práticas esportivas além do futsal, os refletores estão com problema para iluminar a quadra e o piso já precisa ser trocado.

FIGURA 16. QUADRA DO POVOADO DO PAULISTA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

4.3.17 PRAÇA DO POVOADO DO PAULISTA

Praça do Povoado do Paulista, era uma pracinha de terra batida com alguns bancos e um lugarzinho onde ficava uma televisão comunitária.

A mesma está passando por uma reforma no atual momento e será construído um quiosque e espaços para caminhada, ciclismo e espaços onde serão plantadas árvores com diversos bancos pela praça para os habitantes se assentarem juntamente com acesso para pessoas com cadeira de rodas. Essas informações foram fornecidas pelo poder público da cidade.

FIGURA 17. CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO POVOADO DO PAULISTA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

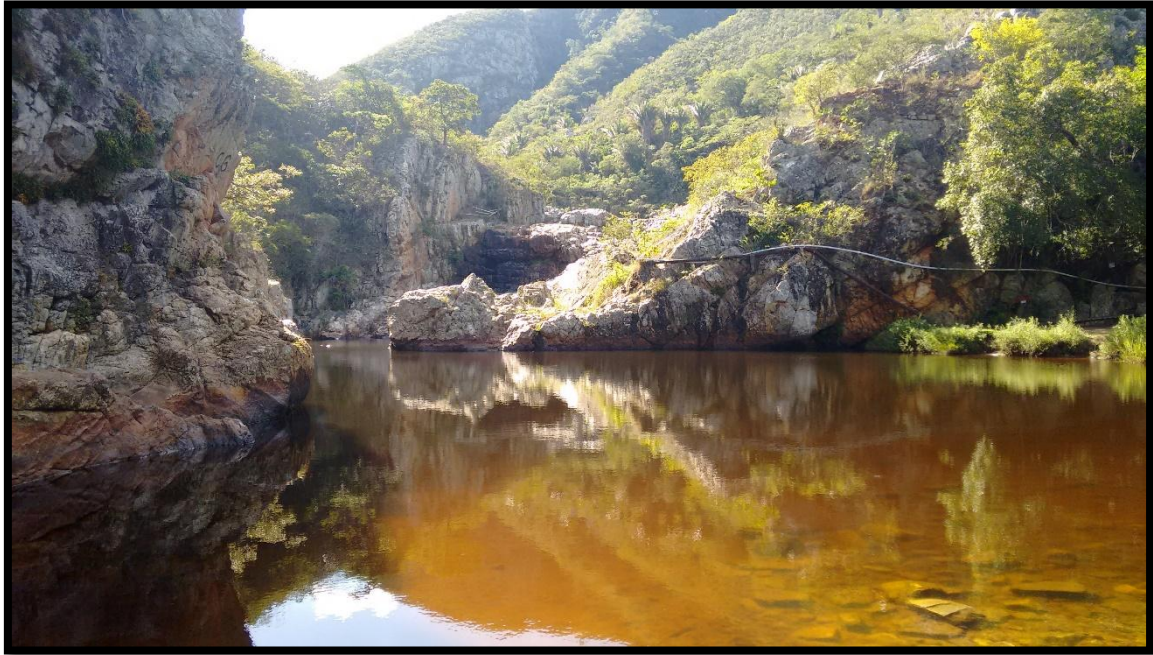
4.3.18 CACHOEIRA DO PAULISTA

Cachoeira do Paulista, é um espaço de lazer utilizado por pessoas não somente do município de Saúde por ser um local de turismo onde as pessoas utilizam principalmente em feriados e fins de semana para momentos de lazer proporcionados pela natureza. Alguns habitantes do povoado se utilizam desse espaço para vender lanches e bebidas para os visitantes.

Existe uma rampa de acesso construída pelos habitantes do povoado que dá acesso a parte superior da cachoeira onde existe um escorregador natural da cachoeira que em dias de cheia serve para que as pessoas se divirta escorregando na mesma.

Foi dado início a construção de um balneário público para utilização dos visitantes da cachoeira, nesse balneário haveria banheiros públicos, quiosque e espaço com campo de futebol, mas a construção foi interrompida não se sabe porque, não conseguimos descobrir os motivos dessa interrupção.

FIGURA 18. CACHOEIRA DO PAULISTA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

FIGURA 19. CONSTRUÇÃO INACABADA DE UM BALNEÁRIO NA CACHOEIRA DO PAULISTA



Fonte: Foto registrada pelos autores em visita de campo, 2016.

15 dos espaços analisados são da sede e 3 são de um povoado do município, essa pequena quantidade de espaços analisados nos povoados se deu pelo fato de que não havia possibilidade de visitar todos os povoados do município, por isso visitamos apenas o povoado do Paulista.

Das 10 praças observadas, 5 ficam no centro da cidade, 1 no Bairro Pecuária, 2 no Bairro do Cardoso, 1 no Bairro Alto da Santa Cruz e 1 no povoado do Paulista.

Das 3 quadras e campos de futebol observadas, 1 fica no centro da cidade, 1 fica no Bairro Vila Lelinha, 1 no Bairro Cardoso e 1 no povoado do Paulista.

Dos clubes e centros observados, 1 fica no centro da cidade, 1 fica no Bairro Alto da Santa Cruz e 1 no Bairro Cardoso.

Essa cachoeira que observamos, fica no povoado do Paulista.

Os espaços observados nos mostram principalmente nas praças, um bom estado de conservação tomando como base que metade das praças foram construídas a pouco tempo, porém as que já tem mais de 10 anos em sua maioria também estão em bom estado de conservação, salva guarda algumas dessas praças que não foram terminadas, deixando a entender um mal estado de conservação, mas as mesmas ainda nem foram terminadas. Nenhuma das praças possui equipamentos específicos para a prática de lazer, pois o mesmo constam apenas de bancos, pequenos jardins e espaço para se locomover.

Em contrapartida estão as quadras, seu estado de conservação é deplorável, principalmente a quadra poliesportiva da cidade que no momento está passando por uma reforma prevista para poucos meses, mas que já dura mais de 2 anos. As demais quadras estão com o piso soltando, esburacadas, com as telas de proteção quebradas e até com os refletores em mal estado, isso deve-se muito pelo fato da população não cuidar do bem público, fazendo com que os mesmos se desgastem mais rapidamente. Na maioria das quadras não se pode praticar outro esporte além do futsal, pois não há suporte para essa prática, e quando há acaba que por sendo destruídos, quase sempre pela população, não há tabelas para jogar basquetebol, ou até mesmo suportes para colocar redes de voleibol e nem marcações para jogar handebol.

O Clube Social Saudense da cidade está num estado de total abandono, o mesmo já tem muitos anos que foi inaugurado, porém não foi possível saber a data exata, habitantes que moram na mesma rua que o clube foi construído, dizem que o mesmo tem mais de 40 anos que foi construído, desde então nunca passou por uma reforma e no momento está praticamente abandonado. O Centro Cultural no momento está precisando de uma reforma, principalmente nos banheiros que não estão funcionando até porque estão inutilizáveis, o

Centro Cultural não tem muito tempo de construção, já passou por uma reforma mas precisa passar por outra urgentemente. Já o Centro de Convivência passou recentemente por uma reforma e no momento está em bom estado até porque o público que frequente esse espaço em sua maioria são os idosos, dessa maneira o espaço precisa estar em bom estado para que os mesmos não possam ter dificuldades ao frequentar o Centro de Convivência.

Na Cachoeira do Paulista, observamos que a mesma até que está bem conservada, porém é perceptível que a cachoeira já foi mais conservada, e que ainda se observarmos com atenção mesmo com os pontos de lixeiras ao redor da cachoeira colocados pelos habitantes do Paulista, ainda percebemos lixo espalhado pelo espaço. Um balneário que seria construído para a população e visitantes, no momento a obra está parada e o mato cobriu boa parte das obras que não se sabe o por que não foi terminada. A mesma é utilizada como espaço para acampamentos, passeios turísticos e principalmente para que as pessoas possam banhar-se em suas águas principalmente em tempos de cheia, onde a mesma dispõe de um escorregador natural que proporciona um excelente momento de lazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho tivemos como objeto de estudo a constituição das Políticas Públicas de Lazer da cidade de Saúde-Bahia entre o período de 2005 até 2015.

Nosso problema de pesquisa foi: como vem se constituindo as Políticas Públicas de Lazer na cidade de Saúde durante o período de 2005 à 2015? E quais os principais espaços públicos para materialização dessas Políticas Públicas?

Diante do que foi proposto pela pesquisa, ao analisarmos as políticas públicas de lazer na cidade de Saúde fazendo um estudo diagnóstico e documental entre os anos de 2005 a 2015, buscando verificar os projetos de leis voltados para o lazer no município tal qual os que foram efetivados e os que não foram durante esse período e também a observância dos espaços destinados ao lazer, é perceptível que os objetivos foram alcançados por meio de uma análise apurada sobre tais temas.

Ao analisar a Lei Orgânica do Município, percebemos que a mesma tem um quadro grande de leis que regem o município, mas que ao se tratar do lazer, a lei é pouco abrangente a tal tema, se tornando assim uma lei fragilizada. Essa discrepância de abordagem do lazer na lei orgânica, se dá pelo fato de que o tema é pouco entendido pelos gestores e pela sociedade que tem uma ideia ínfima sobre o lazer como um todo.

Foi percebido também que apesar de existirem outras leis voltadas para a área de lazer no município, e que baseado nas leis criadas, é fato que os gestores mostraram interesse sobre o lazer no município, e também essas leis se mostram insuficientes para que o lazer seja acessível para a sociedade do município de Saúde. Isso se deve muito ao fato de que algumas das leis criadas não estão sendo cumpridas e também sobre o ponto já citado que foi o desconhecimento sobre o que realmente é o lazer.

Ao observarmos os requerimentos e indicações nos ficou claro uma maior importância a prática esportiva no município, tendo o futebol como prioridade, isso fica claro pois a maioria dos documentos tratava sobre construções e recuperações de quadras e campos de futebol. Mesmo com esses dados percebemos que os espaços para a prática esportiva estão defasados e que o ginásio de esportes está fechado para obras a mais de 2 anos, fazendo a população procurar outros espaços para tal prática. Também uma maior atenção foi dada a construção e recuperação de praças nos últimos anos. Dessa maneira falta mais investimento para construção de outras alternativas de lazer para população de Saúde, que possam ir além de práticas esportivas e construções de praças.

Um dado importante e que deve ser destacado, é que de 2005 a 2008, não se achou requerimentos nem indicações voltados para a área de lazer no município, a justificativa foi que os documentos não existem pois não houve realmente nenhuma indicação ou requerimento para tal tema nesse período. Assim nos fica claro que essa gestão deixou o lazer esquecido na cidade por 4 anos mostrando assim a pouca importância que dava ao mesmo.

É perceptível que nos últimos anos o município de Saúde vem dando passos positivos nas políticas públicas de lazer, evoluindo gradativamente para melhorar as condições do lazer no município. Essa evolução ainda está sendo a passos largos, mas diante dos quadros de gestões anteriores a evolução é perceptível e considerável.

Reconhecemos que apesar de uma análise aprofundada, sabemos que informações e dados podem nos ter passados despercebidos e que o mesmo possa servir como incentivo para próximos trabalhos que possam preencher possíveis lacunas deixadas por nossa pesquisa ou até mesmo por interpretações mal compreendidas pela pesquisa.

Por fim fica a perspectiva de que esse trabalho contribua para o pensamento do lazer na cidade, para ampliação dos espaços do lazer como um todo e para a criação de projetos efetivos de lazer que contribuam com a sociedade saudense. Para isso é de suma importância o investimento e a dada importância que o lazer merece possa ser disfrutado pelos saudenses de maneira ampla, efetiva e segura.

Percebemos a existência de limitações no nosso estudo, portanto reconhecemos assim por tal motivo que um aprofundamento maior fica impossibilitado. Esperamos que próximas pesquisas voltadas para o tema se atentem para outros problemas que não foram o objetivo desse trabalho, para que o município de Saúde possa desenvolver-se nesse sentido. Tais como porque as praças não possuem equipamentos de lazer? Porque há uma maior atenção para o esporte e um desprezo para as outras esferas do lazer? A possibilidade de um profissional de Educação Física atuar nos espaços de lazer no município e a possibilidade de espaços exclusivos de lazer para pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. - 5ª ed – Lisboa: Edições, 2009.

BARROZO, Amanda Faria. **Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.2, p. 16-28, 2012.

BASTOS, Ana Isa de Jesus. **Políticas Públicas para o esporte e lazer em Ubaíra/Ba: desafios e possibilidades da gestão no período de 2009 a 2011**. Monografia (Graduação em Educação Física) Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, BA, 2012.

BIONDO, Francisco Etelvino. **Apontamento sobre o poder público municipal: a Lei Orgânica do município e o regimento interno da câmara municipal**. Rio de Janeiro: FORENSE, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.527**. 2011. Acesso 26/05/2016, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

BRASIL. **Lei nº 11.438, de Dezembro de 2006**. 2006. Acesso 26/05/2016, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm

BRASIL. **Constituição Federal**. Senado Federal. 1988.

CARVALHO, Regimênia Maria Braga. **O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil**. Licere, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, dez/2010.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do lazer**. – São Paulo: Editora perspectiva, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GUTIERREZ, Gustavo, ALMEIDA, Marco Bettine. **Cultura e Lazer: uma aproximação habermasiana**. Lua Nova, São Paulo, n. 74, p. 93-130. 2008.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara. **Políticas públicas de esporte e lazer na cidade do Rio Grande**. – 1ª ed – Rio Grande: Editora e Gráfica Ltda, 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**. – 4ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues et al. **Participação social em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: o exemplo das conferências nacionais do esporte.** 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** – 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem/1996.

OLIVEIRA, Jilma da Silva Ferreira. **Políticas Públicas de Lazer em Capim Grosso: de 1985 a 2015.** Monografia (Graduação em Educação Física) Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2015.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. **Políticas Públicas de esporte e lazer: caminhos participativos.** n. 11, julho. 1998.

REIS, Leôncio José de Almeida. **Novos atores em cena nos estudos do lazer no Brasil: possíveis diálogos a partir da teoria configuracional.** Curitiba, PA: 2009.

SANTOS, Adriana Gonçalves. **Atividades Públicas Aplicadas ao Esporte.** Monografia, Uniandrade, Curitiba, PR, 2007.

SAÚDE, Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Saúde.** 2005.

SILVA, Débora Alice Machado et al. **A importância da recreação e do lazer.** – 1ª ed. – Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Cinthia Lopes, SILVA Tatyane Perna. **Lazer e Educação Física.** – 1ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, Cinthia Lopes. **A atuação do profissional de Educação Física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro.** Licere, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, mar/2014.

SOUZA, Jaqueline et al. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental.** Revista baiana de enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

SOUZA, Gildison Alves. **Políticas Públicas de Esporte em Capim Grosso 1985-2015: Uma análise documental.** Monografia (Graduação em Educação Física) Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2015.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Desporto Educacional: realidade e possibilidades das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas.** Movimento - Ano VII - Nº 13 - 2000/2.

WERLE, Verônica. **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer.** Motriz, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, jan/mar. 2010.